

Artigo recebido em: 23/04/2018

Artigo aprovado em: 24/05/2018

## A CRISE NAS DEMOCRACIAS OCIDENTAIS NO SÉCULO XXI

o problema da representação e o ódio à política

## THE CRISIS ON WESTERN DEMOCRACIES IN THE 21ST CENTURY

the problem of representation and the hatred of politics

Igor Ferreira Fontes<sup>1</sup>

([igor-fontes@outlook.com](mailto:igor-fontes@outlook.com))

### RESUMO

Em seu livro *Against Elections*, David Van Reybrouck defende que a democracia hoje enfrenta uma crise de legitimidade e eficiência: menos pessoas participam dos processos políticos, e os governos não conseguem mais solucionar rapidamente os problemas. Ele identifica quatro culpados para o que chama de Síndrome da Fadiga Democrática: os políticos, a democracia, a democracia representativa e a democracia eleitoral representativa. Todavia, a maioria de seus comentários concentra-se em eventos e dados europeus, para então se referir a um problema geral com a democracia. Este artigo busca argumentar que a análise de Reybrouck pode ser aplicada às democracias ocidentais, e que os problemas gerados por esse descontentamento com o sistema representativo expandem seu ódio não só à democracia, mas também à política. Isso ocorre pelo fato de hoje o modelo representativo ser visto comumente como indissociável da democracia, a qual, por sua vez, é vista hoje como indissociável da política, de modo que o descontentamento com a representação se transforma em ódio à política.

**Palavras-chave:** Democracia; crise; ódio; política.

### ABSTRACT

In his book *Against Elections*, David Van Reybrouck argues that democracy today faces a crisis of legitimacy and efficiency: fewer people participate in political procedures and governments are no longer able to solve problems promptly. He identifies four culprits for what he calls the Democratic Fatigue Syndrome: politicians, democracy, representative democracy, and elective representative democracy. However, most of his comments emphasize European data and events, in order to later present a general problem with democracy. This article proposes to try to argue that Reybrouck's analysis could be applied to western democracies and that the problems generated by the discontent with the representative system expands hatred not only for democracy but also for politics. This occurs by the fact that today the representative model is commonly seen as inseparable from democracy, which, in turn, is seen inseparable from politics, so that, discontent with the representation turns into hatred for politics.

**Key words:** Democracy; crisis; hate; politics.

<sup>1</sup> Graduando em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8312486843556511>



A política internacional viu seu espaço de discussão polarizar-se nos últimos anos. A Europa, com a crise econômica de 2008, viu crescer o número de movimentos de extrema-direita, alguns inclusive neonazistas, que defendiam regimes autoritários; com o agravamento dos conflitos no Oriente Médio nos últimos anos e a fuga de imigrantes para o continente, o discurso xenófobo se reforçou, com parte da população acreditando que os imigrantes roubavam seus empregos e passando a simpatizar com o discurso extremista. Nos Estados Unidos, as eleições presidenciais de 2016 fortaleceram a polarização política do país, com manifestações abertas de grupos neonazistas defendendo regimes autoritários. Na América Latina, desde 2010, o apoio à democracia tem caído, ao mesmo tempo em que cresce o apoio a regimes autoritários. Em todo o mundo, o apoio à ideia de um líder autoritário tomar o poder aumentou, enquanto governos, políticos e partidos enfrentam altos índices de rejeição. As democracias ocidentais deparam-se com um momento no qual esse modelo de governo perde apoio a cada ano.

Em seu livro *Against Elections*, publicado em 2013, David Van Reybrouck argumenta que a democracia enfrenta atualmente um momento de crise: de legitimidade e de eficiência. Ele começa detectando um paradoxo presente nos países democráticos, nos quais as pessoas parecem querer a democracia apesar de não mais acreditarem nela. Para sustentar seu argumento, o autor cita dados levantados pela World Values Survey, segundo os quais 91,6% das pessoas em todo o mundo acreditam que a democracia é uma boa forma de governo. Entretanto, apesar de o número de países democráticos ter aumentado na segunda metade do século XX, a mesma pesquisa constatou que em todo o mundo houve um aumento no apoio a um líder autoritário, sem relações com parlamentos e eleições. Na interpretação de Reybrouck, isso evidencia um declínio do entusiasmo com a democracia e, também, a queda na confiança em parlamentos, governos e partidos políticos – quanto a este ponto, o autor menciona que, entre 2005 e 2008, 52,4% das pessoas tinham pouca ou nenhuma confiança em seus governos, 60,3%, em seus parlamentos e 72,8%, nos partidos políticos<sup>2</sup>. Quanto a isso, o autor conclui:

---

<sup>2</sup> Dado que o livro foi publicado em 2013, Reybrouck não obteve acesso à pesquisa da World Values Survey publicada em 2014, de modo que os dados por ele citados são os referentes à pesquisa realizada entre 2005 e 2009 – a mais recente naquele momento. Na pesquisa realizada entre 2010 e 2014, contudo, 50,7% das pessoas disseram confiar pouco ou nada em seus governos (além de 0,8% que não responderam e 2,4% que não sabem), 67%, em partidos políticos (além de 1,1% que não responderam e 3,2% que não sabem) e 57%, em seus parlamentos (além de 1,2% que não responderam e 3,4% que não sabem) [World Values Survey (2010-2014), Study #906-WVS2010. Disponível em: <<http://bit.ly/1INwy7X>>. Acesso em: 03/02/2018]. Caso se somem os números dos que não souberam e dos que não responderam aos dos que confiam pouco ou nada confiam, como fez Reybrouck em



“pareceria que as pessoas gostam da ideia de democracia, mas não da realidade desta, ou pelo menos não da atual realidade”<sup>3</sup> (REYBROUCK, 2016, p. 12, tradução nossa).

O apoio a um líder autoritário, mencionado pelo autor, aumentou de 34,6%, na pesquisa por ele utilizada, para 43,5%, na pesquisa realizada entre 2010 e 2014. Outro elemento não mencionado pelo autor e relacionado a esse crescente apoio a líderes autoritários é a confiança que instituições repressivas possuem: na pesquisa utilizada por Reybrouck, as forças armadas possuíam 61,6% de confiança, subindo para 64,5% na pesquisa entre 2010 e 2014; a polícia obteve uma pequena queda de 56,8% de confiança para 56,5%; a confiança no sistema judiciário subiu de 51% para 53,7%. Ao se compararem esses dados aos da desconfiança em governos, parlamentos e partidos políticos, constata-se que as pessoas estão confiando menos nas instituições democráticas e mais nas repressivas. Contudo, apesar de desejarem um líder autoritário, a maioria das pessoas continua não desejando viver sob regras de exército, apesar de o número ter tido uma pequena redução: na pesquisa usada por Reybrouck, 68,2% consideravam um governo com regras de exército ruim, número que caiu para 67,6% na pesquisa seguinte. O sistema democrático continua sendo o modelo político mais desejado, apesar da pequena redução de 84,6% para 82,2%<sup>4</sup>. Isso mostra que as pessoas preferem um modelo político democrático e, apesar de aumentar o apoio a um líder autoritário, isso está restrito ao líder, não sendo desejada a vida sob regras de exército. O autoritarismo desse líder seria aceito no que se refere a não se envolver com eleições e parlamentos; o atual modelo democrático representativo é o que parece ser o problema, não propriamente a democracia.

Essa situação, entende Reybrouck, pode ser em parte atribuída às novas democracias na Europa Oriental e nos países árabes após a Primavera Árabe, os quais pela primeira vez teriam experimentado a democracia e descoberto que ela é frequentemente acompanhada de violência, corrupção e declínio econômico. Porém, continua, esse desânimo não se restringe às novas democracias, dado que também na Europa a confiança nas instituições democráticas está caindo: citando pesquisas feitas pelo Eurobarometer em 2012, Reybrouck constata que apenas 33% dos europeus acreditavam na União Europeia – número que em 2004 era de 50% –, 28%, em seus parlamentos nacionais e 27%, nos governos. Ademais, não basta a confiança nas

---

relação à pesquisa de 2005-2009, pode-se constatar que a desconfiança nessas instituições se mantém relativamente constante, com 53,9% em relação aos seus governos, 71,3%, aos partidos políticos e 61,6%, aos parlamentos.

<sup>3</sup> “it would appear that people like the idea of democracy, but not the reality of it, or at any rate not the current reality.” (REYBROUCK, 2016, p. 12)

<sup>4</sup> World Values Survey (2005-2009), Study #906-WVS2005. Disponível em: <<http://bit.ly/2xMXoLi>>. Acesso em: 03/02/2018; e World Values Survey (2010-2014), Study #906-WVS2010. Disponível em: <<http://bit.ly/1INwy7X>>. Acesso em: 03/02/2018.



instituições ser pequena, o autor ainda menciona que a desconfiança é mútua: os políticos também não confiam na população, considerando que esta possui valores inferiores aos por eles adotados (REYBROUCK, 2016, p. 13).

A desconfiança nas instituições manteve-se nos últimos anos. Segundo levantamento de maio de 2017 feito pelo Eurobarometer, 41% dos europeus tendem a não confiar no Parlamento Europeu (além de 14% que não sabem)<sup>5</sup>; 75% tendem a não confiar em partidos políticos (além de 6% que não sabem)<sup>6</sup>; 43% tendem a não confiar na administração pública de seus países (além de 7% que não sabem)<sup>7</sup>; 43% tendem a não confiar em autoridades regionais ou locais (além de 6% que não sabem)<sup>8</sup>; 57% tendem a não confiar nos parlamentos de seus países (além de 7% que não sabem)<sup>9</sup>; 58% tendem a não confiar nos governos de seus países (além de 6% que não sabem)<sup>10</sup>; e 47% tendem a não confiar na União Europeia (além de 11% que não sabem)<sup>11</sup>. Enquanto isso, 55% dos europeus tendem a confiar na Justiça<sup>12</sup> e, em pesquisa de maio de 2013, 48% dos europeus tendiam a confiar na Corte Europeia de Justiça<sup>13</sup>.

Fenômeno semelhante pode ser observado nos países latinos. Segundo levantamento de 2017 feito pelo Latinobarómetro, a democracia nesses países está em declínio: desde 2010, quando o apoio à democracia atingiu 61%, há uma queda nesse índice, atingindo 53% em 2017. Apenas 53% dos latino-americanos preferem a democracia a qualquer outra forma de governo, sendo 25% indiferentes à forma de governo – número que aumenta desde 2010, quando era de 16%. De 2016 para 2017, o número de pessoas que concorda que a democracia possui problemas, mas é o melhor sistema de governo (democracia churchilliana<sup>14</sup>) caiu de 75% para 69%; 65% estão insatisfeitos com a democracia em seus países, e a aprovação dos governos possui uma média de 36%, com destaque ao Brasil, cujo governo possuía 6% de aprovação. A confiança nas instituições revela a mesma tendência vista na World Values Survey e no Eurobarometer: apenas 15% dos latino-americanos confiam nos partidos políticos, 22%, nos Congressos e 25%, nos governos, apesar de a confiança no Poder Judiciário ser de 25% – igual

<sup>5</sup> Eurobarometer, Public Opinion. Disponível em: <<http://bit.ly/2nFg8c0>>. Acesso em: 03/02/2018.

<sup>6</sup> Eurobarometer, Public Opinion. Disponível em: <<http://bit.ly/2nz8i1l>>. Acesso em: 03/02/2018.

<sup>7</sup> Eurobarometer, Public Opinion. Disponível em: <<http://bit.ly/2DZnEtn>>. Acesso em: 03/02/2018.

<sup>8</sup> Eurobarometer, Public Opinion. Disponível em: <<http://bit.ly/2GL6sFR>>. Acesso em: 03/02/2018.

<sup>9</sup> Eurobarometer, Public Opinion. Disponível em: <<http://bit.ly/2FFKUZH>>. Acesso em: 03/02/2018.

<sup>10</sup> Eurobarometer, Public Opinion. Disponível em: <<http://bit.ly/2FFL6Ip>>. Acesso em: 03/02/2018.

<sup>11</sup> Eurobarometer, Public Opinion. Disponível em: <<http://bit.ly/2nECgn7>>. Acesso em: 03/02/2018.

<sup>12</sup> Eurobarometer, Public Opinion. Disponível em: <<http://bit.ly/2FGxKMh>>. Acesso em: 03/02/2018.

<sup>13</sup> Eurobarometer, Public Opinion. Disponível em: <<http://bit.ly/2nFdEdU>>. Acesso em: 03/02/2018.

<sup>14</sup> A democracia churchilliana é a ideia de que a democracia tem seus problemas, mas é o melhor sistema de governo; baseia-se na afirmação de Winston Churchill de que a democracia seria a pior forma de governo com exceção de todas as outras. Tal indicador mede uma visão de expectativas mais minimalistas da democracia.



à dos governos –, na polícia ser de 35% e nas Forças Armadas, de 46%. Mesmo a Igreja sendo a instituição na qual mais se confia na região, com 65%, também na América Latina verificase maior confiança em instituições repressivas, sendo os políticos e, em especial, os partidos políticos aqueles dos quais mais se desconfia<sup>15</sup>.

Reybrouck tenta rebater o argumento de que o aumento da desconfiança provém de uma apatia em relação à política, afirmando que na verdade há um aumento no interesse por questões políticas e que não haveria, hoje, apatia, mas paixão. Contudo, a mesma pesquisa da World Values Survey usada por Reybrouck indica que 54,2% das pessoas não consideram a política importante em suas vidas, e 53% declararam não possuir interesse em política, números que se mantiveram estáveis na pesquisa seguinte, com, respectivamente, 54,3% e 52,5%. Mais da metade da população mundial não possui interesse em política, considerando-a de pouca importância para sua vida. Esse desencanto também ocorre, como bem menciona o autor, devido ao abismo que há entre o que as pessoas pensam e o que veem os políticos fazerem – isto é, entre o que elas consideram vital e o que acreditam que o Estado está negligenciando –, resultando em uma frustração em relação à política. As pessoas não sentem que os governos estão atendendo às suas demandas, e aquilo que elas consideram importante não é o mesmo que os políticos assim consideram.

Mediante essa situação paradoxal na qual a democracia se encontra, Reybrouck acrescenta que ela se depara, ainda, com dois problemas que surgem: crise de legitimidade e crise de eficiência. Afirmando que todo sistema político consiste em tentar balancear eficiência e legitimidade, o autor esclarece o que entende por esses termos, sendo a eficiência a rapidez com a qual um governo consegue encontrar soluções exitosas para os problemas que se apresentam – tratando-se, portanto, de ações decisivas – e a legitimidade, o nível de assentimento que cada pessoa dá à solução apresentada – ou seja, a legitimidade é o suporte a ações (REYBROUCK, 2016, p. 17). Esses dois critérios são inversamente proporcionais: a ditadura é a forma de governo mais eficaz, pois não precisa consultar ninguém para tomar uma ação, de modo que pode agir mais rapidamente do que qualquer outra forma de governo; já um governo que sempre consulta a população antes de tomar qualquer decisão é o menos eficiente, pois sempre demorará a agir. Em contrapartida, a ditadura é a forma com menos legitimidade, uma vez que, por as decisões serem tomadas sem consultas, o povo não dá seu assentimento a elas, ao passo que o governo que sempre realiza consultas é o mais legítimo, já que todas as ações são realizadas com o assentimento do povo, o qual decide aquilo que será feito.

---

<sup>15</sup> Latinobarómetro, Informe 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/1IUWoa2>>. Acesso em: 03/02/2018.



A democracia é identificada por Reybrouck como a menos ruim das formas de governo, pois é a que busca um equilíbrio saudável entre eficiência e legitimidade. Por causa disso, ela em alguns momentos é criticada quanto a eficiência, em outros, quanto a legitimidade: ora ela é criticada por não ter agido de forma rápida e exitosa, submetendo-se ao lento processo de consulta popular, ora por agir de forma unilateral, não consultando o povo e não obtendo seu assentimento para uma decisão. Contudo, ultimamente ela tem sofrido críticas em relação a ambos os aspectos, enfrentando problemas tanto em sua eficiência quanto em sua legitimidade.

Reybrouck (2016, p. 19) aponta três sintomas da crise de legitimidade: menos pessoas estão votando, o eleitorado é mais volátil e há cada vez menos membros de partidos políticos. Quanto ao primeiro, ele cita que na Europa, a cada nova eleição, o número de pessoas que vota diminui em relação à anterior, movimento que ocorre desde a década de 1960 – e mesmo em países como a Bélgica, a qual possui voto obrigatório, a taxa de abstenção tem aumentado. Nos Estados Unidos, pouco menos de 60% dos eleitores votam para eleições presidenciais, e em 2012, na Alemanha, 26% dos eleitores não votaram. O autor acrescenta, quanto a isso: “a democracia tem um sério problema de legitimidade se os cidadãos não mais desejam participar de seu procedimento mais importante, o de ir para o local de voto”<sup>16</sup> (REYBROUCK, 2016, p. 20, tradução nossa). No que se refere ao segundo sintoma, ele informa que o eleitor na Europa está menos leal a um determinado partido: a alternância entre partidos pode chegar a 30%, de modo que os eleitores, e conseqüentemente as eleições, estariam mais voláteis a cada nova votação. Por fim, haveria menos pessoas filiadas a partidos políticos: em 2011, apenas 4,65% dos eleitores de países membros da União Europeia estavam filiados a algum partido.

Dados parecidos podem ser vistos no Brasil. Em 2002, a abstenção foi de 17,74% nas eleições presidenciais; em 2006, 18,99% no segundo turno; em 2010, 21,50%; e, em 2014, a abstenção chegou a 29%. A cada eleição, mais pessoas deixam de votar, gerando problemas de legitimidade a quem vence – como pôde ser visto nas eleições presidenciais de 2014 no Brasil, quando a candidata Dilma Rousseff (PT) venceu o candidato Aécio Neves (PSDB) por pouco mais de 3% dos votos, gerando questionamentos quanto a sua legitimidade, dado que o número de pessoas que não votaram nela seria maior que o das que votaram. Aparentemente, para grande parte dos brasileiros, a vitória eleitoral não é suficiente para legitimar um governo, sendo necessário que realmente a maioria dos eleitores eleja aquele candidato<sup>17</sup>. Quanto ao número

<sup>16</sup> “democracy has a serious problem of legitimacy if citizens no longer wish to take part in its most important procedure by going to the polling station.” (REYBROUCK, 2016, p. 20)

<sup>17</sup> Este não é um pensamento exclusivamente brasileiro. Nas eleições presidenciais norte-americanas de 2016, o candidato pelo Partido Republicano, Donald Trump, obteve menos votos do que a candidata do Partido Democrata, Hillary Clinton. Contudo, ele obteve mais votos dos colégios



de filiados a partidos políticos, cerca de 11,59%<sup>18</sup> dos eleitores estão filiados a algum partido, número maior do que a média dos países europeus apresentada por Reybrouck – porém, não se trata de um número elevado.

Quanto à crise de eficiência, Reybrouck (2016, p. 23) destaca que está mais difícil governar, com as leis podendo demorar anos para serem votadas. As eleições, além de cada vez menos legítimas, formam governos menos eficientes, os quais enfrentam também mais dificuldades em formar coalizões, sendo estas bastante criticadas quando terminam. As negociações de coalizão estão demorando mais, principalmente nos países que exigem alianças mais complexas: a desconfiança entre os partidos e o medo de punição por parte dos eleitores fazem com que os partidos, ao negociarem coalizões, busquem acordos mais longos e detalhados, de modo a poderem firmar cada pequena parte e obter com ele o melhor acordo possível – por conta disso, os tempos de negociação tornam-se maiores. Outra dificuldade é que partidos no governo estão sob um aumento de ataque: os que a estes se aliaram perderam votos ao longo das últimas décadas na Europa, de cerca de 1-1,5% entre 1950 e 1960 a 8% no começo deste século, chegando a uma perda de 27% dos eleitores na Irlanda. Aliar-se a partidos de governo tem se tornado uma forma de perder eleitores, o que é prejudicial a qualquer partido político. Por fim, governar tornou-se um negócio lento, no qual grandes projetos de infraestrutura por vezes apenas são completados com considerável dificuldade, deixando de ser fonte de prestígio para se tornarem pesadelos governamentais. No século XXI,

A soberania, outrora a base do Estado-nação, tornou-se um conceito relativo. Isso significa que grandes desafios dos nossos dias – mudanças climáticas, crises bancárias, a crise do euro, crises econômicas, fraudes *offshore*, migração, superpopulação – não podem mais ser tratados adequadamente pelos governos nacionais. (REYBROUCK, 2016, p. 27, tradução nossa)<sup>19</sup>

eleitorais, o que, pelo sistema norte-americano, é o que determina quem vence a eleição presidencial. A legitimidade de Trump foi questionada, não por este haver obtido maior número de colégios eleitorais, mas pelo número de seus eleitores ter sido menor. Evidentemente, há diferenças entre a vitória de Dilma e a de Trump, dado que ela obteve a maioria dos votos válidos; contudo, a semelhança aqui destacada é a de que ela teve sua legitimidade questionada por não obter a maioria absoluta dos votos, de modo que a soma dos votos de Aécio e dos que se abstiveram era maior do que a dos recebidos por ela. A semelhança se dá por em ambos os casos se questionar a legitimidade de alguém governar sem obter a maioria dos votos dos eleitores.

<sup>18</sup> Em 2016, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou cerca de 144,1 milhões de eleitores no país [SOUZA, André de. Número de eleitores cresce 4% e vai a 144 milhões em todo o país. **O Globo**, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://glo.bo/2BJ1qtu>>. Acesso em: 03/02/2018], enquanto que em dezembro de 2017, no site do próprio TSE, estão registrados 16.704.182 eleitores filiados a partidos (disponível em: <<http://bit.ly/2EfPOYj>>. Acesso em: 03/02/2018).

<sup>19</sup> “sovereignty, once the basis of the nation state, has become a relative concept. This means that great challenges of our day – climate change, banking crises, the euro crisis, economic crises, offshore fraud, migration, overpopulation – can no longer be dealt with adequately by national governments.” (REYBROUCK, 2016, p. 27)



Isso resulta em que, continua o autor, a palavra do tempo é *impotência* (*powerlessness*), especialmente por parte do cidadão, que, sentindo nada poder fazer, é tomado de desespero e raiva.

Outro elemento causador da crise de eficiência é a superexposição dos políticos. Comentando sobre o parlamento alemão, Reybrouck (2016, p. 28) menciona que a produtividade do parlamento caiu conforme os políticos faziam mais aparições na televisão, levando ao que ele considera ser o coração da crise de eficiência: os políticos passaram a jogar o jogo eleitoral da mídia, o qual frequentemente é contrário tanto aos interesses da população quanto aos seus próprios interesses. Com os interesses da população sendo postos de lado, tanto o desinteresse quanto a raiva pela política aumentam, de modo que a política passa a ser vista como repugnante. Como coloca o autor, “a crise de eficiência apenas exacerba a crise de legitimidade”<sup>20</sup> (REYBROUCK, 2016, p. 31, tradução nossa).

Passando à análise do que nomeia de Síndrome da Fadiga Democrática (*Democratic Fatigue Syndrome*), Reybrouck identifica quatro diagnósticos: a culpa é dos políticos, da democracia, da democracia representativa e da democracia eleitoral representativa. O primeiro diagnóstico relaciona-se ao populismo (*populism*): segundo os populistas, a democracia está formada por uma elite afastada das necessidades e pautas do povo, tendo como solução mais representação popular, preferencialmente por partidos populistas. Os populistas se promovem como representantes diretos do povo e, por estarem perto deste, consideram-se em unicidade com ele. Para o autor, contudo, não há um povo, mas cada sociedade é marcada por sua diversidade, de modo que essa suposta unicidade e “vontade do povo” refere-se mais a misticismo do que a política, tratando-se de uma questão de marketing (REYBROUCK, 2016, p. 34).

Contudo, o autor reconhece, os populistas possuem razão ao afirmar que há um problema de legitimidade entre os políticos. Reybrouck (2016, p. 37) atenta para o fato de que cada vez mais surgem “políticos profissionais”, os quais veem a política como um interessante trabalho de tempo integral, por vezes passado de pai para filho, em vez de um serviço temporário – com duração de poucos anos – a fim de preservar o bem da sociedade. O problema que o autor vê com o populismo é que a solução proposta lhe soa bastante drástica: renovar o parlamento, o máximo possível, como uma completa transfusão de sangue.

---

<sup>20</sup> “the efficiency crisis only exacerbates the crisis of legitimacy.” (REYBROUCK, 2016, p. 31)



O segundo diagnóstico surge como uma forma de combate ao populismo: a tecnocracia (*technocracy*). Dado que as decisões democráticas têm demorado para serem tomadas, em momentos que necessita de uma rápida ação a democracia se depara com problemas; por conta disso, alguns propõem uma tecnocracia, na qual especialistas seriam encarregados de cuidar do interesse público. Dessa forma, os problemas seriam solucionados por pessoas com *know-how*, e os políticos seriam substituídos por empresários (*managers*). Reybrouck (2016, p. 39) destaca que as pessoas comuns (*ordinary people*) tendem a confiar mais o poder a especialistas não eleitos (*unelected experts*) ou a empresários (*entrepreneurs*), isto é, tendem a confiar mais o poder a quem não o deseja do que àqueles que o desejam. O argumento da tecnocracia se sustentaria na ideia de que a diferença ideológica é coisa do passado: o conflito ideológico teria dado espaço ao princípio TINA (*there is no alternative* – não há alternativa).

136 Todo Estado moderno teria, identifica o autor, tendências à tecnocracia, incorporando em si competências da arena democrática e retirando-as do povo, considerando isso apropriado. Apesar de um governo tecnocrata poder atingir excelentes resultados, Reybrouck (2016, p. 42) destaca que eficiência não gera automaticamente legitimidade; ademais, por não serem democraticamente eleitos, os tecnocratas acabam representando as esferas tecnocratas de decisão – isto é, banqueiros, economistas, analistas monetários – e não propriamente o povo, de modo que a fé nesse modelo se dissolve quando suas medidas começam a ser aplicadas. A tecnocracia funciona de forma oposta ao populismo: sua solução para a Síndrome da Fadiga Democrática é sobrepor a eficiência à legitimidade, esperando conquistar esta através daquela.

A abordagem do terceiro diagnóstico começa com a exposição do entrave no Congresso Americano que resultou no *Occupy Wall Street*: os Democratas e Republicanos estavam há meses debatendo a elevação do teto da dívida americana sem chegar a acordo algum. Os Republicanos, que criaram o débito nacional americano com sua intervenção no Iraque, queriam que fossem realizados primeiramente os cortes, e somente depois disso o decreto, enquanto os Democratas achavam mais justo uma mínima taxação aos mais ricos antes de se realizarem cortes draconianos aos mais pobres. Conforme o tempo passava, o governo americano se tornava menos capaz de arcar com seus custos, podendo gerar uma recessão no país caso o impasse continuasse e, assim, expandindo-a para uma crise mundial, de modo que mesmo a China tecnocrata teria pedido aos Estados Unidos que não se perdessem na briga de partidos. Uma guerra travada por dois partidos poderia ter causado uma crise econômica mundial por causa de políticos que transformaram o Congresso em um *playground* para jogos infantis (REYBROUCK, 2016, p. 44). Durante esse momento, ficou evidente que os



políticos não estavam preocupados com os interesses da população, mas com os seus próprios e os de seus partidos.

Durante o impasse, formou-se um grupo pautado por assembleias gerais nas quais qualquer pessoa poderia expor sua opinião, proporcionando-se uma experiência democrática igualitária e direta. O grupo originou meses depois o *Occupy Wall Street*, cujo slogan era “Nós somos os 99% (*We are the 99%*)”, movimento que expressava a insatisfação de seus membros com a democracia representativa. Reybrouck (2016, p. 48) cita o depoimento de um membro do movimento, para o qual há uma guerra de poder entre os partidos políticos, e os representantes eleitos não refletem as perspectivas dos constituintes, representando apenas os partidos e uma elite econômica que financia as campanhas. O movimento funcionava com base na horizontalidade, promovendo uma experiência de democracia participativa, direta e transparente, expandindo-se para outras regiões do mundo; em todas elas se encontrava presente a frustração com a atual forma de fazer política, acompanhada de raiva e decepção.

Quanto a esses movimentos, Reybrouck é enfático: “está claro que muitos desses manifestantes consideram a Síndrome da Fadiga Democrática o resultado de nossa atual democracia representativa, com suas estruturas e rituais decadentes”<sup>21</sup> (REYBROUCK, 2016, p. 52, tradução nossa). Eles não concordam com as soluções nem dos populistas, nem dos tecnocratas: inserir novas pessoas nos parlamentos não é considerado garantia de resolução dos problemas da democracia, mas os manifestantes tampouco se atraem pela eficiência dos tecnocratas – eles prezam mais por legitimidade do que por eficiência. Trata-se de movimentos antiparlamentaristas, os quais desejam uma nova democracia, mais horizontal, direta e transparente.

A crítica feita pelo autor consiste em tal modelo democrático não haver existido na história, e o movimento não haver fornecido alternativas viáveis. Para ele, esses movimentos tornaram-se um “culto de participação” (*cult of participation*), tornando-se um fim em si mesmo e não apresentando nenhum planejamento além da participação direta, de modo que sua solução sequer pode ser considerada um remédio. Eles não exploraram uma forma de transformar essa experiência em algo grande, que de fato fizesse a diferença (REYBROUCK, 2016, p. 56).

O quarto e último diagnóstico relaciona-se às eleições. O problema da Síndrome da Fadiga Democrática, segundo o autor, “é causado, não pela democracia representativa como tal, mas por uma variante específica dela: a democracia eleitoral representativa, a democracia

---

<sup>21</sup> “it is clear that many of those protestors consider Democratic Fatigue Syndrome the result of our current representative democracy, with its decaying structures and rituals.” (REYBROUCK, 2016, p. 52)



que produz um corpo de representantes através de eleições”<sup>22</sup> (REYBROUCK, 2016, p. 64, tradução nossa). Considerar *eleições* e *democracia* como sinônimos, continua Reybrouck, expressa o problema, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 teria reforçado isso ao afirmar que a base de autoridade do governo deve ser expressa através do voto, de modo que falar em democracia é falar em eleições. Essa fé cega nas eleições, acrescenta, produz um fundamentalismo eleitoral, o qual toma a forma de uma evangelização global: as eleições são os sacramentos da nova fé que frequentemente os países ocidentais exportam e impõem aos outros países, considerando democráticos apenas aqueles que seguem exatamente o seu modelo.

Reybrouck (2016, p. 69) recorre à história da eleição para sustentar seu argumento: quando se propôs a criação do sistema eleitoral democrático representativo, não existiam partidos políticos, mídia comercial ou mídia social, e seus inventores sequer os imaginavam. Durante a Idade Média, na Europa, não existiam cidadãos (*citizens*), mas súditos (*subjects*); o poder da lei estava submetido ao governante soberano (*sovereign ruler*), o qual tomava suas decisões em um castelo e somente depois enviava um mensageiro ao mercado para anunciar a nova lei a quem quisesse ouvir. Com o decorrer dos séculos, surgiu a esfera pública (*public sphere*), na qual os sujeitos resistiam às imposições e reuniam-se para discutir questões de Estado. O cidadão surgiu com a esfera pública moldando-se em novas instituições, como cafés e teatros – mas o principal meio foi o jornal, através do qual a consciência política pôde se caracterizar em grandes grupos.

Com as revoluções Americana (1776) e Francesa (1789) e a derrubada do poder monárquico, decidiu-se que o povo seria soberano e, para que o povo – ou ao menos parte dele – tivesse voz, criou-se a eleição, um procedimento formal que visava a atingir unanimidade. O local no qual os indivíduos falavam em completa liberdade – o espaço público por excelência – foi nomeado parlamento, sendo o parlamentarismo a resposta do século XVIII contra o absolutismo do Antigo Regime. Isso culminou numa forma indireta de atuação: o povo habilitado a votar escolheu representantes os quais promoveriam o interesse público no parlamento (REYBROUCK, 2016, p. 73).

Quando os partidos políticos surgiram em 1850, continua Reybrouck (2016, p. 76), eram ainda poucos grupos constituídos apenas de partidos executivos com poucos membros, não havendo partidos de massa. O surgimento de mais partidos políticos representando os interesses de diferentes grupos sociais acabou por tornar as eleições um palco de conflito entre os partidos,

---

<sup>22</sup> “is caused not by representative democracy as such but by a specific variant of it: electoral-representative democracy, the democracy that produces a body of representatives through elections.” (REYBROUCK, 2016, p. 64)



que tentavam atrair o maior número de apoiadores para si. Com o advento do neoliberalismo e da mídia comercial, na medida em que os cidadãos se transformaram em consumidores, os partidos deixaram de ser vistos como intermediários entre a massa e o poder. Perdendo espaço e desejando evitar isso, os partidos passaram a se voltar ao eleitor, buscando legitimidade e transformando a eleição em batalha na mídia pela busca de eleitores. A mídia social agravou o processo, transformando o teatro político (*political theater*) em algo que ocorre a cada segundo. A conclusão do autor é incisiva:

A histeria coletiva da mídia comercial, da mídia social e dos partidos políticos tornou permanente a febre eleitoral, e isso tem sérias consequências para o funcionamento da democracia. A eficiência sofre sob o cálculo eleitoral, a legitimidade, sob a contínua necessidade de cada um se distinguir, enquanto que, com o decorrer do tempo, o sistema eleitoral garante que o longo prazo e o interesse comum percam para o curto prazo e o interesse dos partidos. As eleições foram inventadas para tornarem possível a democracia, mas nessas circunstâncias elas parecem ser um entrave definitivo. (REYBROUCK, 2016, p. 85-86, tradução nossa)<sup>23</sup>

Ao se reduzir a democracia às eleições, continua, puseram-se dificuldades à democracia: a próxima eleição torna-se mais importante que a anterior, o que gradualmente resulta numa ditadura da eleição (*dictatorship of elections*), e a democracia que se reduz a eleições encontra-se em declínio mortal (REYBROUCK, 2016, p. 87).

A crítica feita por Reybrouck ao modelo de democracia eleitoral representativa parece se direcionar mais a um problema com os partidos políticos do que com a eleição em si. Quando o voto foi criado – e o autor destaca isso algumas vezes –, o propósito era buscar unidade e tornar a democracia possível; o problema começou a surgir quando os partidos políticos transformaram as eleições em uma arena de batalha, de modo que a democracia virou uma guerra de partidos que se enfrentam e não conseguem chegar a um consenso por não mais representarem os interesses do povo, mas os seus próprios – como no caso do entrave entre Republicanos e Democratas. As mídias comercial e social apenas agravaram um problema que antes delas já existia. A pluralidade de partidos que representam diferentes setores sociais é algo que deveria enriquecer a democracia; porém, atualmente, e como observou Reybrouck, coloca-se a ela mais como entrave, na medida em que os partidos não representam mais o povo,

---

<sup>23</sup> “The collective hysteria of commercial media, social media and political parties has made election fever permanent and has serious consequences for the working of democracy. Efficiency suffers under the electoral calculus, legitimacy under the continual need to distinguish oneself, while time and again electoral system ensures that the long term and the common interest lose out to the short term and party interests. Elections were once invented to make democracy possible, but in these circumstances they would seem to be a definite hindrance.” (REYBROUCK, 2016, p. 85-86)



e sim a si próprios. O problema não parece estar no modelo eleitoral, mas, de fato, na representação política que não representa aqueles que deveria.

As críticas à representação política não são novas, e Reybrouck coloca como epígrafe de seu livro a mesma passagem do *Contrato Social* de Rousseau, que Milton Meira do Nascimento utiliza no começo do décimo capítulo de *A farsa da representação política*, obra em que critica esse modelo. Apesar de eles haverem recortado suas citações, vale inserir todo o parágrafo:

A soberania não pode ser representada, pelo mesmo motivo que não pode ser alienada. Ela consiste essencialmente na vontade geral, e a vontade não se representa: ou é a vontade geral, ou é outra vontade. Não há meio-termo. Portanto os deputados do povo não são nem podem ser os representantes deste, eles não são mais que seus delegados. Eles não podem decidir nada definitivamente. Toda lei que o povo em pessoa não ratificou é nula, não é uma lei. O povo inglês acredita ser livre. Muito se engana, ele só o é durante a eleição dos membros do parlamento. Assim que estes são eleitos, ele é escravo, não é nada. Nos curtos momentos da sua liberdade, o uso que dela faz merece que a perca. (ROUSSEAU, 2011, p. 151)

Rousseau é incisivo quanto à representação política: a vontade geral não pode ser representada. O povo não pode ser representado, pois isso é entregar a capacidade de discernimento e de tomar decisões a outro, tutelando-se e tornando-se, assim, escravo. Um povo livre é soberano, isto é, decide por si – cabe a ele ratificar as leis e exercer sua soberania. Qualquer político escolhido deve ser apenas servo do povo, cuja única função é executar a vontade deste, não decidir por ele. Um político que tenta representar o povo, decidir em seu lugar, está tentando tomar a soberania popular e usurpando suas funções.

A representação é vista por Rousseau (2011, p. 149) como problemática também porque, com esse modelo, os cidadãos deixam de colocar o serviço público como sua principal preocupação. Tomando-se por preguiça e dinheiro, os cidadãos pagam para que alguém os represente, e desse modo tornam-se escravos, pois um Estado livre é aquele no qual os cidadãos fazem tudo pessoalmente, com seus próprios braços. Um Estado bem constituído é, para ele, aquele em que todos participam das assembleias, ao passo que, em um mau governo, “ninguém quer dar um passo para ir, porque ninguém se interessa pelo que nelas se faz, porque se prevê que a vontade geral não predominará e porque, enfim, as preocupações domésticas absorvem tudo” (ROUSSEAU, 2011, p. 150).

É importante que se distinga, aqui, a crítica da representação feita por Rousseau daquela que envolveu o *Occupy Wall Street*. Ao se opor ao modelo representativo, Rousseau tem em vista a questão da vontade geral – o que há por trás de sua posição é o fato de essa vontade não poder ser representada. O povo deve ser soberano, isto é, ele



mesmo deve tomar suas decisões, exercendo sua liberdade; um povo que se deixa representar é um povo que se deixa escravizar, que permite que o tutelem. A oposição de Rousseau à representação possui essas ideias como contexto, o que não ocorre com o *Occupy Wall Street*, segundo o descrito por Reybrouck. Nesse movimento, não se encontrava presente a ideia de que a vontade geral não pode ser representada. A democracia direta aclamada pelos manifestantes, transformada em um fim em si mesmo, dava-se mais por um descontentamento com os atuais políticos do que por uma concepção de liberdade de pensamento e decisão em confronto com sua tutela; a defesa por eles feita originava-se da insatisfação com os representantes, adotando-se como solução o fim dos parlamentos. O exercício do poder legislativo por todo o povo, defendido por Rousseau, tem como objetivo a preservação da liberdade de decisão, isto é, a não tutela do povo, a defesa deste como havendo atingido a maioria. A democracia direta pretendida pelo *Occupy Wall Street*, por sua vez, não envolvia essa cadeia de pensamento, mas era vista como um fim em si mesmo, e os manifestantes eram movidos por insatisfação, raiva ou ódio.

Se os cidadãos substituem a participação direta nas assembleias pela escolha de representantes, ocorre um desinteresse pelo serviço público, como observado por Rousseau. Ao se escolherem representantes, os cidadãos não precisam mais se preocupar com o âmbito político, pois a decisão não dependerá deles, mas dos representantes. Desse modo, eles poderão se ocupar de outras atividades, dar mais atenção aos negócios privados e encarregar os públicos aos escolhidos. A participação popular na esfera política resume-se às eleições, isto é, a escolher, no intervalo de alguns anos, novos representantes que possibilitarão aos cidadãos continuar ocupados com os negócios privados, pois os públicos serão de responsabilidade desses representantes.

O primeiro problema que isso gera é o distanciamento entre povo e política. Ao entregar o poder de decisão a representantes, os cidadãos enxergam as decisões como sendo de responsabilidade daqueles; a culpa por uma má decisão recai nos representantes, não nos cidadãos, que abdicaram de sua liberdade e participação na esfera pública para tornarem-se escravos elegendo representantes. Como o afirma Milton Meira do Nascimento (2016, p. 208), a representação retira a responsabilidade política dos eleitores e a entrega aos representantes, reduzindo a cidadania ao mero exercício do voto. A manifestação de sua vontade através de partidos políticos, principal mecanismo de funcionamento dos atuais modelos democráticos, retira do cidadão sua autonomia e responsabilidade nas decisões políticas. O poder de decisão – isto é, o poder legislativo –, que para Rousseau deveria pertencer ao



povo, pois é a única forma de este ser livre e soberano, é entregue a alguns indivíduos os quais se encarregam de decidir pelo povo, “representando” o que ele deseja.

O segundo problema proveniente dessa representação é que, ao se entregar o poder de decisão a alguns poucos indivíduos, há a possibilidade de estes aproveitarem para beneficiar, não ao povo, mas a si mesmos – problema identificado tanto por Rousseau, ao afirmar que em um mau governo as pessoas não vão às assembleias porque preveem a não representação da vontade geral, quanto por Reybrouck, em suas críticas feitas aos partidos políticos, que transformaram a esfera pública em um *playground* no qual os partidos guerreiam infantilmente, representando seus próprios interesses muitas vezes em detrimento do povo. Isso faz com que, ao final, os eleitores não se sintam representados por aqueles em que votaram, e o modelo representativo não represente aqueles que deveria representar. A análise feita por Reybrouck mostra-se pertinente: a perda de eficiência do modelo democrático atinge sua legitimidade. Os políticos eleitos para representar não mais representam o povo, e este não se sente representado, dando pouca legitimidade àqueles.

A sensação de que a vontade popular não predomina e de que os representantes não representam seus eleitores acompanha a sensação de que, na realidade, os políticos eleitos buscam benefícios próprios e para aqueles que os financiam. A população tem a sensação de que os políticos governam para uma pequena elite, em detrimento do interesse e bem comum. Quanto a isso, é interessante observar algumas pesquisas realizadas nos últimos anos: na pesquisa de 40 anos do Eurobarometer<sup>24</sup>, o instituto constatou que 52% dos europeus não estavam satisfeitos com a maneira pela qual a democracia funcionava em seus países, e 46% não estavam satisfeitos com a maneira pela qual a democracia funcionava na União Europeia – a insatisfação poderia chegar a 75% em países como Grécia e Portugal. No que diz respeito à sensação de que suas vozes contam, apesar de 47% acharem que elas contam em seus próprios países, apenas 29% acham que o mesmo ocorre em relação à União Europeia.

Na última pesquisa da World Values Survey<sup>25</sup>, em uma escala de 1 a 10, apenas 8,8% das pessoas declararam viver em um país governado de forma completamente democrática (nota 10), enquanto 51,6% deram notas entre 5 e 8, e 42,4% acreditavam que, com frequência, os ricos compram as eleições. Na pesquisa de 2017, o Latinobarómetro<sup>26</sup> constatou que apenas 5% dos latino-americanos dizem viver em uma democracia plena, número que chega a apenas

<sup>24</sup> Eurobarometer, Eurobarometer – 40 years. Disponível em: <<http://bit.ly/2nFa703>>. Acesso em: 04/02/2018.

<sup>25</sup> World Values Survey (2010-2014), Study #906-WVS2010. Disponível em: <<http://bit.ly/1INwy7X>>. Acesso em: 03/02/2018.

<sup>26</sup> Latinobarómetro, Informe 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/1IUWoa2>>. Acesso em: 03/02/2018.



1% no Brasil. A satisfação com a democracia na América Latina é de 30%, sendo o Brasil o país menos satisfeito, com apenas 13%; além disso, 75% dos latino-americanos acreditam que seu país está sendo governado por pequenos grupos poderosos que beneficiam a si próprios, e o país no qual essa sensação é maior é o Brasil, com 97%.

A sensação de que se governa para poucos não é propriamente uma novidade: entendendo a democracia como a concessão do governo a todo o povo ou à maior parte dele para que haja mais cidadãos magistrados do que simples cidadãos, Rousseau já afirmava que, “tomando o termo no rigor da sua acepção, nunca existiu verdadeira democracia nem nunca existirá” (ROUSSEAU, 2011, p. 122). Quanto à democracia representativa, acrescenta Milton Meira do Nascimento (2016, p. 199), dado que o poder é exercido por um pequeno grupo de indivíduos, seria mais apropriado chamá-la de aristocracia, estando tal nomenclatura em conformidade também com os modelos clássicos de governo. É esse modelo aristocrático a democracia americana, a qual foi exportada para os outros países e imposta como o modelo democrático a ser seguido; contudo, a democracia representativa não deveria ser chamada de democracia, mas de aristocracia, pois, “nesse regime político, o povo não decide sobre coisa alguma, não é considerado capaz de assumir suas escolhas e é tratado como se ainda não tivesse atingido a idade adulta” (NASCIMENTO, 2016, p. 200).

Todavia, ainda há um problema quanto à nomenclatura, visto que, apesar de a aristocracia ser um governo de poucos, ela pressupõe que esse governo seja exercido pelos melhores, pelos mais adequados ao exercício do poder político. Os governos atuais, entretanto, não parecem se assemelhar a aristocracias, mas a oligarquias, a forma corrompida da aristocracia. O poder é atualmente exercido por uma elite – principalmente financeira – que não é exatamente a melhor e mais capacitada para tal função, mas apenas soube se assenhorar do poder, utilizando-o para benefícios próprios e frequentemente em detrimento do povo.

Posição um pouco mais forte é a tomada por Jaques Rancière, em seu livro *O ódio à democracia*, no qual defende a tese de que todo Estado é oligárquico. Ele argumenta que o que comumente se considera como critério para que um Estado seja considerado democrático é a existência de um sistema representativo; contudo, tal sistema é instável, tendendo à democracia conforme se aproximar, igualmente, do poder de qualquer um. Esse sistema teria sido criado com o propósito de evitar que aqueles que amam o poder e são hábeis em se assenhorar dele governassem; entretanto, como identifica o autor, ocorre o oposto, de modo que a coisa pública é apropriada por uma oligarquia estatal e econômica: quem governa são políticos com mandatos eternos, que possuem a mesma formação, pensam de forma semelhante, fazem eles próprios as leis e são financiados por grandes empresários e



pela mídia comercial. O sistema representativo “é, de pleno direito, uma forma oligárquica, uma representação das minorias que têm título para se ocupar dos negócios comuns” e “é, em sua origem, o exato oposto da democracia” (RANCIÈRE, 2014, p. 69-70). O sistema representativo proporciona um jogo de oligarquias no qual se passa a imagem de que há uma democracia, através da alternância de partidos e representantes – mas, como pensam praticamente da mesma forma, a mudança é apenas aparente.

Rancière (2014, p. 94) identifica que a causa primeira dos males que sofrem as democracias é o insaciável apetite dos oligarcas. Como pensam de forma semelhante, tomando basicamente as mesmas decisões – de modo que a alternância de poder é apenas aparente – eles conseguem satisfazer o desejo democrático de mudanças sem que haja, efetivamente, uma mudança. Os oligarcas desejam, ainda, possibilitar o desenvolvimento ilimitado da riqueza, sendo a economia uma realidade que não possibilita interpretação, mas apenas respostas adaptadas que serão as mesmas. No entanto, sua grande aspiração, afirma o autor, é de poderem “governar sem povo, isto é, sem divisão do povo; governar sem política” (RANCIÈRE, 2014, p. 102). Aquilo a que os oligarcas almejam é o afastamento do povo da esfera política, privatizando assuntos de ordem pública. O movimento de luta democrática é o combate a essa privatização, para que os negócios públicos se mantenham públicos.

As dificuldades enfrentadas pela democracia permitem a compreensão dos movimentos antidemocráticos. Reybrouck já observara que o descontentamento com o atual modelo político e a frustração com a democracia não são frutos apenas da insatisfação em relação a como ela funciona; os movimentos também mostravam que havia raiva em relação à própria democracia. O descontentamento com os representantes era transferido também à democracia, na medida em que o modelo de democracia que se tem é o eleitoral representativo – o que também Rancière constata: a representação é tomada como critério para a democracia. A forte associação entre representação política e democracia, que dificilmente são concebidos separadamente, faz com que os problemas gerados pelo modelo representativo e a raiva para com este modelo sejam estendidos à democracia, não apenas à representação. A democracia torna-se alvo de ataques por ter sido associada a um sistema que sequer existia quando ela surgiu, e que foi inventado somente há poucos séculos.

Outro fator que aumenta o movimento antidemocrático, identificado por Rancière (2014, p. 107), é o discurso antidemocrático dos atuais intelectuais, os quais também contam por vezes com o apoio da mídia, que, por sua vez, possibilita que eles moldem uma opinião pública onipresente. Com a formação desse ódio à democracia, poder-se-ia mascarar a dominação exercida pelas oligarquias, criando a imagem de que a



democracia é um modelo que despoltiza as questões da vida pública – isto é, que a democracia afasta o povo dos assuntos públicos.

Um problema que se origina do ódio à democracia é que, assim como ela se tornou odiada por problemas advindos do sistema representativo e por ser a ele fortemente associada, o mesmo pode ocorrer à política. Uma forte associação entre democracia e política pode tornar esta odiada em razão de problemas que seriam de ordem daquela. Como observa Renato Janine Ribeiro em seu livro *A boa política* (2017, p. 151), as definições propostas para *política* tornaram-se, com o decorrer do tempo, mais semelhantes às que se sugeriam para a *democracia*. Esta já não mais seria apenas uma das formas possíveis de governo, como era na Antiguidade, mas teria, de certa forma, se incorporado à noção de política. O autor acrescenta:

Ambas vieram a ser concebidas sob o modelo de um regime no qual a força dá lugar à palavra, as pressões físicas à persuasão. Aqui está o cerne das ideias atuais sobre política e sobre democracia; se abríssemos mão de todo o resto, permaneceria essa distinção básica entre o regime democrático e seus inimigos. Isso implica que os regimes não democráticos, ao mesmo tempo que perdiam terreno, perderam a legitimidade (RIBEIRO, 2017, p. 152).

145 Ele observa ainda que, diante da perda de legitimidade dos regimes não democráticos, tornou-se comum que líderes políticos sempre se declarassem democráticos – mesmo em ditaduras, como a que ocorreu de 1964 a 1985 no Brasil. A democracia é hoje publicamente vista como algo virtuoso, e atraiu para si valores que não se relacionavam exatamente a seu significado original – de poder do povo –, como direitos humanos, respeito ao próximo e disposição a ouvir opiniões contrárias. Seu significado foi alargado e, em alguma medida, tornado impreciso. Com a democracia deixando de ser um procedimento de escolha dos governantes, resulta também que o número de países que a praticam é maior, importando mais as condições nas quais essa escolha é feita do que seu formato (RIBEIRO, 2017, p. 152).

Renato Janine Ribeiro (2017, p. 163) ainda acrescenta que os regimes não democráticos, além de haverem perdido legitimidade, perderam também seu caráter político; o que determinava se um governo era político era o consentimento dos súditos para com as leis, de modo a evitar que um rei se tornasse absolutista. Assim, ele observa, só é político o poder fundado na vontade dos cidadãos, o que resulta em democracia. A política não mais se funda na força, mas no direito, substituindo-a por consentimento. Na medida em que as não democracias fazem uso da força, elas perdem seu caráter político e deixam de ter legitimidade, a qual pode ser dada a um governo apenas pela vontade do povo.



Mesmo que a democracia seja, em essência, apenas uma forma possível de governo, ela hoje teve seu sentido ampliado, englobando também o sentido de política e estabelecendo uma relação que pode hoje ser vista e concebida por alguns como indissociável. Na medida em que governos não democráticos são considerados ilegítimos e não políticos, a atual dissociação entre política e democracia é reforçada. O fato de governos não democráticos se declararem democráticos mostra-se como um recurso para tentar obter a legitimidade perante seu povo; mas esse recurso também possibilita que aqueles que nunca viveram em uma democracia antes, ou acreditam na fala de seus governantes, pensem que a democracia seja o que tais governos executam – como, por exemplo, a experiência vivenciada pelos países da Primavera Árabe, que se decepcionaram com a experiência que tiveram do modelo ocidental de democracia.

O desencanto com a atual forma de fazer política advém dos problemas gerados pelo modelo de democracia representativa, que enfrenta crises de legitimidade e eficiência nas quais as pessoas se distanciam da política e percebem a dificuldade dos governos em encontrar soluções rápidas para os problemas. A esfera pública foi transformada em um campo de guerra infantil travada pelos partidos, que buscam representar a si próprios, frequentemente em detrimento do povo. Os eleitores não se sentem representados, tendo a sensação de que, na verdade, o governo é exercido em função de alguns pequenos grupos, os quais realizam um jogo de oligarquias com o objetivo de satisfazer seus interesses e, um dia, conseguir afastar o povo da política.

A frustração e o descontentamento com esse sistema acompanham movimentos que sentem raiva e, com suporte da mídia comercial, transformam a raiva em ódio, gerando movimentos antidemocráticos. O ódio à democracia advém dos problemas ocasionados pela representação. Pelo fato de hoje eleição e representação estarem fortemente associadas à ideia de democracia, servindo até de critérios para ela, os problemas causados passam a ser vistos como problemas da democracia, e esta passa a ser alvo de ódio. E, assim como a democracia tornou-se odiada por problemas gerados por ideias que não lhe são inerentes, mas lhe foram fortemente vinculadas, o mesmo pode ocorrer à política, a qual hoje está também fortemente vinculada à ideia de democracia. Esta, que é apenas uma forma de governo, tornou-se altamente associada àquela, de modo que governos não democráticos, buscando conquistar a legitimidade que não possuíam, declararam-se democráticos, já que o termo se tornou virtuoso publicamente.

Assim, o ódio causado pelos problemas do modelo representativo é transferido não apenas à democracia, mas também à política, a qual passa a ser vista como altamente associada à representação. A revolta contra determinados representantes, partidos ou, de modo geral, ao modelo representativo torna-se generalizada à esfera política.



Como observou Reybrouck (2016, p. 30), ser político passa a ser visto como algo negativo, repugnante. A política como um todo se torna detestável para as pessoas.

No Brasil, além de 94% da população não se sentir representada pelos políticos<sup>27</sup>, e este ser o país cuja população menos confia na classe política<sup>28</sup>, nas eleições de 2016 pôde-se perceber um aumento de candidatos a cargos políticos que adotavam um discurso antipolítico. Com o intuito de passarem uma imagem de distanciamento em relação à classe política, numerosos candidatos a prefeito em todo o país declaravam não serem políticos, mas gestores ou empresários. A estratégia por eles adotada é a de, percebendo o descontentamento com a política atual e a imagem negativa que ela adquiriu, apresentarem-se como não políticos, no intuito de atraírem aqueles insatisfeitos com seus representantes. Essa tentativa de distanciamento da política foi feita também por Donald Trump, nas eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2016.

O sucesso que esse discurso antipolítico tem alcançado evidencia que o ódio à política tem se propagado. Esse ódio tem levado à recepção de candidatos que, quanto mais afastados da política aparentarem estar, mais são bem vistos. Muitas pessoas têm buscado candidatos que estejam – ou ao menos aparentem estar – fora da esfera pública. Todavia, esses candidatos de discurso antipolítico não solucionarão os problemas da democracia; na realidade, é mais provável que os agravem, seja pelo de fato de não serem políticos e não conseguirem lidar com os negócios públicos, seja por serem parte da oligarquia que deseja se apropriar do que é público e perpetuar o jogo das oligarquias, mantendo o povo afastado de seu âmbito: a esfera pública.

---

<sup>27</sup> BRAMATTI, Daniel. Classe política enfrenta rejeição generalizada. *O Estado de S. Paulo*, 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2w5IleD>>. Acesso em: 21/01/2018.

<sup>28</sup> BRASIL é o país onde população menos confia nos políticos. *DW Brasil*, 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2DvVxkB>>. Acesso em: 21/01/2018



*Referências*

AGÊNCIA BRASIL. *Abstenção, brancos e nulos são 29% dos votos; eleitor tem descrença no candidato*. Agência Brasil, Brasília/Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1vJkHAp>>. Acesso em: 21/01/2018.

BEVILAQUA, Juliana. *Sucesso do “não sou político, sou gestor” emplaca em Caxias do Sul e em todo o país*. Pioneiro, Caxias do Sul, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2F03trc>>. Acesso em: 21/01/2018.

NASCIMENTO, Milton Meira do. *A farsa da representação política*. São Paulo: Discurso Editorial, 2016.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

REYBROUCK, David Van. *Against Elections*. Translated by Liz Waters. London: The Bodley Head, 2016. Digital Edition.

RIBEIRO, Renato Janine. *A boa política: ensaios sobre a democracia na era da internet*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social ou Princípios do direito político*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

VELASCO, Clara. *Nível de abstenção nas eleições é o mais alto desde 1998*. G1, 2014. Disponível em: <<https://glo.bo/1nXDnM2>>. Acesso em: 21/01/2018.

VENTURINI, Lilian. *Quais as causas e efeitos da frase ‘não sou político’, adotada por vários candidatos nesta eleição*. Nexo, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2mZ1HA5>>. Acesso em: 21/01/2018.

VOZ DA BAHIA. *Em entrevista polêmica, Everaldo Júnior, dispara “não sou político profissional. Sou um profissional politizado”*. Voz da Bahia, 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2DugBIN>>. Acesso em: 21/01/2018.

